

Ações

A 6ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil aconteceu entre março e outubro de 2025, sob o lema "Marchamos contra as guerras e o capitalismo, defendemos a soberania dos povos e o bem viver".

A ação mobilizou mais de 2.500 mulheres em mais de 20 estados, articulando denúncias contra o avanço das empresas transnacionais de energia sobre territórios da agricultura familiar, as privatizações de serviços públicos essenciais, a militarização das escolas e comunidades, e todas as formas de violência patriarcal e racista. Ao mesmo tempo, as ações visibilizaram as alternativas feministas populares construídas pelas mulheres organizadas nos territórios, como hortas comunitárias, cooperativas, feiras de economia solidária, cozinhas coletivas e redes de cuidado.

A solidariedade internacionalista é fundamental no nosso feminismo: a defesa da autodeterminação do povo saaraui e a luta pelo fim da ocupação e genocídio do povo palestino esteve no centro das mobilizações da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil. Os encerramentos regionais da 6ª ação em Mossoró (Nordeste), São Paulo (Sudeste) e Florianópolis/Palhoça (Sul) demonstraram a força da auto-organização das mulheres.

► marchamundialdasmulheres.org.br
✉ marchamulheres@sof.org.br
⌚ @marchamulheres
⌚ /marchamulheresbrasil

Pré-lançamento da 6ª Ação Internacional

✓ 18 de fevereiro de 2025
↳ Brasília
Luta pela autodeterminação do povo saaraui



Lançamento da 6ª Ação Internacional - 8 de Março

✓ 8 de março de 2025
↳ 39 territórios em 20 estados do Brasil



Dia de Solidariedade Feminista contra as Transnacionais

✓ 24 de abril de 2025
↳ Mossoró-RN
↳ Fortaleza-CE
Enfrentamento ao avanço das transnacionais de energia eólica e solar nos territórios e alternativas feministas populares.



Encontro de Mulheres Contra as Transnacionais

✓ 28 de maio de 2025
↳ Campos dos Goytacazes-RJ
Denúncia da destruição de território pela transnacional OSX Brasil para construção do Porto do Açu.



Escola de Formação Feminista e Feira da Economia Feminista

✓ 30 de maio a 1º de junho de 2025
↳ Pernambuco
Construção de alternativas concretas ao capitalismo racista e patriarcal a partir da economia feminista e valorização do trabalho das mulheres.



Dia de Luta contra as Privatizações em Minas Gerais

✓ 14 de agosto de 2025
↳ Belo Horizonte-MG
"Água e energia não são mercadoria! CEMIG, esse trem é nosso!"

Encontro Regional das Américas da MMM

✓ Agosto de 2025
↳ México
Fortalecimento da solidariedade feminista internacional na região das Américas.



Encontro Regional Amazônico da MMM

✓ 23 e 24 de agosto de 2025
↳ Belém-PA
"Alternativas feministas e populares para a justiça climática e o bem viver"



Encerramento Nordeste - Mossoró

✓ 16 e 17 de outubro de 2025
↳ Mossoró-RN
"Do Mar ao Sertão: a resistência das mulheres contra as transnacionais, em defesa da vida e do território"



Festival Ocupa Feminista - Encerramento Sudeste

✓ 17 e 18 de outubro de 2025
↳ São Paulo-SP
Fim da violência contra as mulheres, defesa da autonomia sobre corpos e sexualidades.



Encerramento Sul - Florianópolis e Palhoça

✓ 18 e 19 de outubro de 2025
↳ Florianópolis e Palhoça-SC
Enfrentamento à militarização das escolas; luta por território nas ocupações urbanas e aldeias indígenas; solidariedade com a Palestina.



Jornal da Marcha Mundial das Mulheres - Novembro 2025

Marchamos contra as guerras e o capitalismo, defendemos a soberania dos povos e o bem viver!



Em 2025, fizemos a 6ª Ação internacional da Marcha Mundial das Mulheres. Nossa ação no Brasil se articulou com muitas lutas, como no Plebiscito Popular contra a jornada 6x1 e pela taxação de grandes fortunas, nas Conferências de Políticas para as Mulheres, na Cúpula dos Povos rumo à COP30 e na Marcha das Mulheres Negras.



A 6ª Ação Internacional aconteceu em um momento de ofensiva imperialista sem precedentes. Os Estados Unidos, em aliança com Israel, sustentam o genocídio do povo palestino em Gaza. Na América Latina, as ameaças e ataques à Venezuela, os tarifaços como medida de afronta à soberania do Brasil e dos povos do Sul, e o financiamento de grupos de extrema-direita em todo o continente são expressões da mesma lógica: subordinar territórios, natureza e trabalho aos interesses do capital transnacional. A extrema-direita é hoje o veículo do fascismo em todo o mundo. Ela propaga ódio às mulheres, às pessoas negras, indígenas e LGBT, militarizando territórios e atacando qualquer forma de organização popular.

O desafio do feminismo popular é, mais uma vez, internacionalizar a resistência organizada. Assim como fizemos desde o surgimento da Marcha Mundial das Mulheres como movimento feminista e anticapitalista, assim como fazemos a cada vez que nos mobilizamos em solidariedade com as mulheres saarauis e palestinas, precisamos nos organizar para construir força a partir dos territórios — das cozinhas e hortas comunitárias, dos sindicatos e das feiras, das ocupações, das escolas e das periferias — até o mundo todo.

A atualidade da luta em defesa dos bens comuns e contra as empresas transnacionais no Brasil

Bens comuns são tudo o que é necessário para a sustentação da vida: água, ar, terra, convivência com a natureza, diversidade cultural, saberes ancestrais, tempo livre, além dos serviços públicos como educação, saúde, energia, comunicação e transportes. Essa concepção tem como base as práticas culturais e vivências nos territórios urbanos, rurais e ribeirinhos, onde as mulheres aprenderam a viver em harmonia com a natureza, organizando coletivamente as comunidades para o bem viver.

As empresas transnacionais são os principais atores contra os bens comuns e a sustentabilidade da vida. Durante a 6ª Ação no Brasil, lutamos contra a privatização dos serviços públicos e contra o avanço das transnacionais sobre nossos territórios. Essas empresas chegam com a militarização dos espaços. Aumentam a violência, privatizam bens comuns e se apropriam das terras.

Em Minas Gerais, as mulheres enfrentam as privatizações da CEMIG (energia) e da COPASA (água e saneamento). O governo tenta alterar a constituição estadual para diminuir exigências de referendo popular sobre privatizações. As mulheres defendem que a água e energia são fundamentais para a sustentabilidade da vida, e denunciam os impactos nas comunidades atingidas, majoritariamente negras e pobres.

No Rio de Janeiro, em Campos dos Goytacazes, a resistência ao Porto do Açu, construído pela transnacional OSX Brasil, tem como símbolo a casa de Dona Noelia. Essa casa, a última resistindo, se tornou espaço de agroecologia, militância e bem viver.



Carol Lacerca

Energia renovável, sim, mas não assim!

A chamada "transição energética" sacrifica territórios inteiros, com a instalação de grandes parques eólicos e solares sem regulamentação de distância mínima das comunidades, causando deslocamentos, doenças mentais, rachaduras em cisternas e destruição de modos de vida tradicionais. Essa é uma luta comum entre as mulheres do Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará e Alagoas.

Na Paraíba e no Rio Grande do Norte, os territórios da agricultura familiar e comunidades quilombolas sofrem impactos graves pela proximidade dos complexos eólicos: barulho constante, luzes piscando a noite toda, poeira e vento. São notáveis os casos de depressão e doenças mentais. As cisternas foram rachadas, impactando toda a política de convivência com o semiárido. Não existe legislação que regulamente uma distância mínima entre os parques eólicos e as casas.

No Ceará, as mulheres indígenas Tremembé da Barra do Mundaú lideram a resistência há décadas, primeiro contra um grande resort (o "Cancún do Ceará"), depois contra as eólicas instaladas dentro do território, próximo ao mar. No Ceará, as empresas transnacionais se aliam ao crime organizado, restringindo o acesso das comunidades aos rios, às praias e às tradições de convivência e cultura. As mulheres bloqueiam estradas para impedir que caminhões entrem nos territórios, e, nesse confronto, fortalecem a luta comum com mulheres quilombolas e do povo Anacé.

Economia feminista como estratégia de organização e transformação

A economia feminista é uma estratégia de transformação que articula propostas alternativas. Com a economia feminista, questionamos a visão dominante de "desenvolvimento", perguntando para quem ele serve, e nos organizamos para construir o bem viver.

A economia feminista é necessariamente antirracista porque reconhece que a divisão sexual do trabalho é também uma divisão racial: são as mulheres negras que majoritariamente sustentam a base da vida, realizando o trabalho mais pesado, mal pago e mais invisibilizado. Transformar a economia exige enfrentar o racismo que estrutura as relações de trabalho no Brasil.

Afirmamos a nossa autonomia e nossas formas de vida. É o direito à terra, à agroecologia, à produção de alimentos saudáveis, a uma transição energética que não sacrifique territórios. Nossos territórios são memória viva, espaço de criação de conhecimentos e base da resistência.

Organizadas, construímos alternativas

As mulheres organizadas constroem alternativas diariamente. A autogestão da economia solidária permite que as mulheres se sintam mais seguras e até mesmo saiam de situações de violência que não percebiam ou não conseguiam quando estavam isoladas.

As alternativas concretas da economia feminista incluem cozinhais populares que coletivizam o preparo e consumo da comida integrando espaços de convivência, formação e ação coletiva; experiências associativas de agricultoras urbanas e rurais com produção agroecológica, farmácias vivas, medicina popular e redes de produtoras de fitoterápicos; economia solidária em áreas urbanas ligando produção de artesanato ao trabalho de cuidado (sabão, pano de prato); experiências coletivas de trabalho de cuidados como reforço escolar e cuidado de idosos; lutas pela defesa do território integradas às lutas por moradia, saneamento básico e serviços públicos. Essas experiências propõem autonomia sobre formas de produzir, consumir e viver nos territórios. Elas incorporam princípios de soberania popular, alimentar, comunicativa, tecnológica, territorial, cultural e energética.

Politicar a vida cotidiana significa entender como a economia impacta nossas vidas. Assim, podemos aprofundar nossa crítica anticapitalista e construir uma prática política conectada com a sustentabilidade da vida. As mulheres em movimento demonstram como questões econômicas supostamente abstratas



(como a privatização de bens comuns), na verdade, atingem diretamente o trabalho doméstico e de cuidados. Ou seja, atingem o trabalho feito principalmente pelas mulheres.

Combater a militarização, construir territórios de paz

A militarização é um método e um instrumento para garantir a acumulação capitalista. Está diretamente associada à visão de mundo patriarcal que prioriza disciplina, rigidez e uma racionalidade socialmente construída como masculina. Ela serve à concentração de poder.

A indústria de armas faz parte disso. Ela é transnacional e articula as redes de tráfico de armas, de drogas e de mulheres. O controle dos corpos e da sexualidade das mulheres é parte dessa visão militarista, que considera as mulheres como propriedade privada dos homens.

No Brasil, as mulheres enfrentam a violência policial que mata principalmente homens jovens, negros e pobres das periferias. Ao mesmo tempo, a violência contra as mulheres não diminui.

No Paraná, a militarização das escolas é a expressão mais recente de uma militarização contínua da vida. Essa realidade avança em vários estados, como Santa Catarina, Espírito Santo e Distrito Federal, onde consultas públicas são manipuladas, estudantes da classe trabalhadora são excluídos e o controle sobre os corpos cresce.

Em marcha pelo fim da violência contra as mulheres, por autonomia sobre nossos corpos e sexualidade

A violência contra as mulheres não é algo individual, mas uma ferramenta sistêmica de controle dos corpos e territórios, dos tempos e do trabalho das mulheres. A violência patriarcal é racista, estrutural e heteronormativa, como fica evidente nos discursos e ataques cotidianos da extrema direita contra as mulheres. Diariamente, essa violência patriarcal se une à LGBTfobia, buscando atingir as mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais.

No Brasil, a extrema direita atua contra os direitos das mulheres em todos os âmbitos, retrocedendo leis, desmontando e fechando serviços públicos de atendimento às mulheres – sejam os serviços de proteção contra a violência, sejam os serviços de saúde que garantem o aborto nos casos previstos em lei.

As alternativas para construir vidas sem violência partem da auto-organização das mulheres, fortalecendo políticas nos territórios, reconstruindo comunidades, mantendo o feminismo como movimento e referência de organização popular.

Durante a 6ª Ação, as mulheres afirmaram que "uma rua segura é uma rua que tem gente" – ou seja, a segurança das mulheres passa pelo fortalecimento do tecido comunitário e não pela militarização. Autonomia econômica e autonomia sobre nossos corpos estão profundamente relacionadas, são condições uma para a outra, inclusive para sair de situações de violência.

Com manifestações, debates, rodas de conversa e intercâmbios, a Marcha Mundial das Mulheres no Brasil concretizou o lema da 6ª Ação – "Marchamos contra as guerras e o capitalismo, defendemos a soberania dos povos e o bem viver" na conjuntura política do país. Seguimos com o desafio de organizar as mulheres, de forma permanente, em cada território do país, construindo a força necessária para transformar a sociedade colocando a vida no centro: com base na interdependência, na ecodependência, na soberania popular e no bem viver.

